

## CADERNO DE ENCARGOS

**AQUISIÇÃO DE BENS (por lotes) - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E  
CONSUMÍVEIS INFORMÁTICOS**

**TIPO DE PROCEDIMENTO: CONSULTA PRÉVIA**

**REFERÊNCIA DO PROCEDIMENTO: 25/FB/2025 – 2025/300.10.005/820**

**PREÇO BASE: 9.500,00 €**

## SECÇÃO I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

##### Cláusula 1.ª

##### Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré contratual, por consulta prévia, que tem por objeto a aquisição de diverso material informático, incluindo computadores, impressoras, tablets e consumíveis, destinados a diferentes serviços do Município, de acordo com as disposições constantes na PARTE II – Cláusulas Técnicas e Funcionais do presente Caderno de Encargos, assim repartido por quatro lotes:

- Lote 1 - Equipamentos para a Biblioteca Municipal
- Lote 2 - Equipamento Informático
- Lote 3 – Consumíveis
- Lote 4 - Consumíveis para a escola

##### Cláusula 2.ª

##### Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos e integrará ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar (*a existirem*);
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos (*a existirem*);
  - c) O presente Caderno de Encargos e anexos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Fornecedor (*a existirem*).
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pelo Contraente Público nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo Fornecedor nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.
4. Além dos documentos indicados no n.º 1, o Fornecedor obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

5. Persistindo dúvidas, aplicar-se-á o Código dos Contratos Públicos e demais legislação portuguesa aplicável.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Prazos**

1. O fornecimento/disponibilização dos bens objeto do procedimento deverá ocorrer no prazo máximo de **10 (dez) dias**, após a assinatura do contrato e/ou do envio da requisição externa, data a partir da qual produzirá efeitos, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

### **Cláusula 4.ª**

#### **Local de entrega**

1. Os bens objeto do presente contrato deverão ser entregues nas instalações do Município, sitas no Edifício Paços do Concelho, sito na Avenida do Colégio, s/n, 6150-401 Proença-a-Nova.
2. Atendendo ao horário de funcionamento do referido serviço, e sendo imprescindível a presença de colaboradores do Contraente Público, a entrega dos bens deverá ocorrer em dia e horário previamente acordados, no período compreendido entre as 09h00 e 17h00.

### **Cláusula 5.ª**

#### **Preço base e preço contratual**

- 1.1. O preço máximo que o Contraente Público se dispõe a pagar pela presente aquisição/disponibilização de bens, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, é de **9.500,00 € (nove mil e quinhentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, assim distribuído por quatro lotes:
  - **Lote 1** - Equipamentos para a Biblioteca Municipal ..... 4.500,00 €
  - **Lote 2** - Equipamento Informático ..... 2.050,00 €
  - **Lote 3** – Consumíveis ..... 2.200,00 €
  - **Lote 4** - Consumíveis para a escola ..... 750,00 €
- 1.2. O preço previsto no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público no presente Caderno de Encargos, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
- 1.3. O Contraente Público obriga-se a pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com as notas de encomenda (ou outro documento equivalente) e com base nos bens efetivamente fornecidos.

### **Clausula 6.ª**

#### **Condições de pagamento e faturação eletrónica**

1. A emissão das faturas eletrónicas pelo fornecedor deverá ser feita após a entrega /disponibilização dos bens e será paga por transferência bancária.
2. As quantias devidas pelo Contraente Público devem ser pagas no prazo máximo 60 dias, após a receção das devidas faturas e deverá observar o disposto no artigo 299.º-B do CCP e legislação conexa, devendo da mesma constar o máximo dos seguintes elementos: a referência do contrato, o número de compromisso, os números das notas de encomenda (ou outro documento equivalente) e das guias de remessa a que dizem respeito.
3. Em caso de discordância por parte do Contraente Público quanto aos valores ou quantidades indicadas nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando aquele obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à retificação da fatura.
4. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pelo Contraente Público não será objeto de qualquer cobrança adicional.
5. O atraso em um ou mais pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
6. Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades ou sanções previstas no presente Caderno de Encargos ou determinadas por lei, o cumprimento defeituoso do fornecimento de bens terá um efeito suspensivo sobre a faturação e sobre o pagamento até à total regularização da situação.
7. A(s) fatura(s) devem ser emitidas em nome do Município de Proença-a-Nova, NIF: 505377802, sito na Avenida do Colégio, S/N, 6150-401 Proença-a-Nova, com referência aos documentos que lhes deram origem, isto é, devem especificar o n.º de encomenda e o respetivo número sequencial de compromisso.
8. As faturas e demais documentos fiscalmente relevantes são remetidos ao Município **por via eletrónica – EDI**, devendo ser enviadas através das plataformas eletrónicas utilizadas pelo Município: **SAPHETY** ou **ILINK**.
9. Considera-se garantida a autenticidade da origem e a integridade do conteúdo dos documentos emitidos por via eletrónica se adotado, nomeadamente, um dos seguintes procedimentos:
  - a) Aposição de uma assinatura eletrónica qualificada nos termos legais;
  - b) Aposição de um selo eletrónico qualificado, nos termos do Regulamento (UE) n.º 910/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de julho de 2014;
  - c) Utilização de um sistema de intercâmbio eletrónico de dados, desde que os respetivos emitentes e destinatários outorguem um acordo que siga as condições jurídicas do «Acordo tipo EDI europeu», aprovado pela Recomendação n.º 1994/820/CE, da Comissão, de 19 de outubro.
10. Sem prejuízo dos requisitos exigidos na legislação fiscal, contêm imperativamente os seguintes elementos, sempre que aplicáveis:
  - a) Identificadores do processo e da fatura;
  - b) Período de faturação;
  - c) Informações sobre o cocontratante;

- d) Informações sobre o contraente público;
- e) Informações sobre a entidade beneficiária, se distinta da anterior;
- f) Informações sobre o representante fiscal do cocontratante;
- g) Referência do contrato;
- h) Condições de entrega;
- i) Instruções de pagamento;
- j) Informações sobre ajustamentos e encargos;
- k) Informações sobre as rubricas da fatura;
- l) Totais da fatura.

## **CAPÍTULO II**

### **OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Obrigações gerais do Fornecedor**

1. Nos termos do contrato a celebrar, o Fornecedor obriga-se, durante o período da sua execução, à realização de todas as operações necessárias ao integral cumprimento do objeto do contrato.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:
  - a) Fornecer os bens em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, dentro dos prazos definidos no presente Caderno de Encargos e conforme as condições aí estipuladas, bem como nos demais documentos contratuais;
  - b) Assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos, funcionais e ambientais exigidos para os bens a fornecer, tal como previstos no presente Caderno de Encargos e na legislação aplicável;
  - c) Garantir a qualidade e fornecer os bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e de acordo com as condições definidas no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais e disposições legais em vigor;
  - d) Proceder à entrega e/ou disponibilização dos bens no local e prazos previstos no presente Caderno de Encargos ou proposta adjudicada;
  - e) Assegurar a reparação ou a substituição dos bens, de acordo com as condições estabelecidas no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada;
  - f) Assegurar a continuidade de fabrico, de acordo com as condições estabelecidas no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada e legislação em vigor;
  - g) Recorrer a todos os meios humanos, materiais, técnicos e criativos que sejam necessários à execução do contrato;
  - h) Comunicar ao Contraente Público, logo que tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;

- i) Não alterar as condições do fornecimento dos bens fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
- j) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são fornecidos os bens, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pelo Contraente Público;
- k) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato relacionado com a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica, a sua situação comercial e outras, com relevância para o fornecimento;
- l) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, patentes, registos e licenças necessários ao pontual cumprimento das obrigações assumidas;
- m) Cooperar com o Contraente Público, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:
  - i. Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Fornecedor em representação do Contraente Público;
  - ii. Quando o Contraente Público deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.
- n) Nomear um técnico que represente o adjudicatário em tudo o que concerne ao contrato a executar, o qual servirá de interlocutor entre a entidade adjudicante representada pelo gestor do contrato e a entidade adjudicante;

#### **Clausula 8.ª**

##### **Informação e Sigilo**

1. O Fornecedor obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.
2. O Fornecedor obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

5. O Fornecedor obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o Contraente Público lhe indique para esse efeito.
6. O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, até autorização expressa do contraente público, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
7. O Fornecedor não pode utilizar o logotipo ou qualquer outro sinal distintivo do Contraente Público sem o consentimento prévio deste.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Obrigações do Contraente Público**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, o Contraente Público obriga-se a fiscalizar a execução do objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, a diligência e o zelo.
2. Constituem ainda obrigações do Contraente Público:
  - a) Nomear um responsável pela gestão do contrato para efeitos de comunicações com o Fornecedor, e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;
  - b) Monitorizar e supervisionar a aplicação das condições e termos contratuais;
  - c) Monitorizar a quantidade e qualidade dos bens fornecidos;
  - d) Comunicar, em tempo útil, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato;
  - e) Disponibilizar o acesso às instalações para a entrega dos produtos fornecidos;
  - f) Efetuar o pagamento contratualmente devido dentro dos prazos fixados.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Tratamento e Proteção de Dados Pessoais**

1. O Fornecedor compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a execução do contrato, assim como após o termo da vigência do período de execução contratual, designadamente:
  - a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
  - b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;

- c) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o Contraente Público esteja especialmente vinculado;
- d) Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do Contraente Público, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
- e) Prestar ao Contraente Público toda a colaboração de que este careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;
- f) Manter o Contraente Público informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- g) Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Fornecedor, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Fornecedor e o referido colaborador;
- h) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- i) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra forma, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por este ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
- j) Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
- k) Prestar a assistência necessária ao Contraente Público no sentido de permitir que este cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;
- l) Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no artigo 33º do RGPD.



2. O Fornecedor será responsável por qualquer prejuízo em que o Contraente Público venha a incorrer em consequência do tratamento de dados pessoais, por parte do mesmo e/ou dos seus trabalhadores, colaboradores, prestadores de serviços ou fornecedores, em violação das normas legais aplicáveis.
3. Os dados pessoais a tratar no âmbito do contrato são os previstos no n.º 1 do artigo 4º do RGPD.
4. O tratamento de dados pessoais a realizar pelo Fornecedor é efetuado de acordo com as instruções do responsável pelo tratamento de dados, ou seja, o Contraente Público.
5. O Fornecedor deve declarar, sob compromisso de honra, de que possui as condições necessárias e suficientes à execução das medidas técnicas e organizativas previstas no RGPD.
6. Para os devidos efeitos, divulga-se o nome e o contacto do Encarregado de Proteção de Dados do Contraente Público: Tiago Abade, endereço eletrónico: [rgpd@cm-proencanova.pt](mailto:rgpd@cm-proencanova.pt)

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Liberação da caução**

*(Não aplicável)*

### **CAPÍTULO III**

#### **ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato**

1. Cada uma das Partes obriga-se a nomear um representante responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, que desempenha o papel de interlocutor para todos os fins associados à execução do contrato.
2. Nos termos do artigo 290.º-A do CCP foi designado, pelo órgão competente para a decisão de contratar, o gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a sua execução, e cuja identificação consta do despacho de abertura do procedimento e no contrato a celebrar, em cumprimento do disposto da alínea i) do art.º 96.º do CCP.
3. Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, devem comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
4. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Cessão da posição contratual do fornecedor**

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do CCP, o fornecedor pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização do Contraente Público.

2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Fornecedor deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
3. O Contraente Público deve pronunciar-se sobre a proposta do Fornecedor no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento pelo Fornecedor que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, este cederá a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual que antecedeu a celebração do contrato que venha a ser indicado pelo Contraente Público, de acordo com o estabelecido no artigo 318.º-A do CCP.
5. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato do Contraente Público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.

## **CAPÍTULO IV**

### **VICISSITUDES CONTRATUAIS**

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Sanções contratuais**

1. Pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso de obrigações emergentes do Contrato, e por causa imputável ao Fornecedor, o Município de Proença-a-Nova pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento do prazo de entrega ou disponibilização estipulado na cláusula 3.ª, por causa imputável ao Fornecedor, o Contraente Público pode, em caso de não entrega de algum ou alguns dos bens, aplicar uma sanção de até 2% (por extenso) do valor do bem não entregue por cada dia de atraso.
2. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% do preço contratual. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e o Contraente Público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
3. Em caso de resolução do contrato, por incumprimento do Fornecedor, o Contraente Público, pode exigir-lhe uma sanção contratual de até aos limites indicados no número anterior.
4. Ao valor da sanção contratual previsto no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Fornecedor ao abrigo do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
5. O Contraente Público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização nos termos gerais, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação do contrato ou danos excedentes.

#### **Cláusula 15.ª**

### **Resolução do contrato pelo Contraente Público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Contraente Público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no caso de atraso, total ou parcial, superior a quinze dias no fornecimento dos bens objeto do contrato ou o Fornecedor declarar por escrito que o atraso na entrega excederá esse prazo.
2. O contrato pode também ser resolvido pelo Contraente Público caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já entendidas como situações de incumprimento grave e culposos por parte do Fornecedor:
  - a) Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do fornecedor;
  - b) Prestação de falsas declarações;
  - c) Estado de falência ou insolvência;
  - d) Cessaçã da atividade;
  - e) Condenaçã, por sentençã transitada em julgado, por infraçã que afete a idoneidade profissional do Fornecedor e desde que não tenha ocorrido reabilitaçã judicial.
3. O direito de resoluçã referido no número anterior exerce-se mediante declaraçã escrita enviada ao Fornecedor e não implica a repetiçã das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo Contraente Público.

### **Cláusula 16.ª**

#### **Casos de Força Maior**

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realizaçã pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só sã consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relaçã à parte que as invoca:
  - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
  - b) Sejam alheias à sua vontade;
  - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebraçã do contrato;
  - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Fornecedor, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Fornecedor ou a grupos de

sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Fornecedor de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Fornecedor não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Fornecedor das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a quinze dias, autoriza o Contraente Público a resolver o contrato ao abrigo do n.º 1 do artigo 335.º do CCP, não tendo o Fornecedor direito a qualquer indemnização.

#### **Cláusula 17.ª**

##### **Resolução do Contrato por parte do Fornecedor**

1. O Fornecedor pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

#### **CAPÍTULO V**

##### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Cláusula 18.ª**

##### **Deveres de Informação**

Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, de acordo com a boa-fé.

#### **Cláusula 19.ª**

##### **Direitos de propriedade intelectual**

1. Correm integralmente por conta do Fornecedor os encargos ou a responsabilidade civil decorrente da incorporação em qualquer dos bens objeto do contrato, ou da utilização nesses mesmos bens, de materiais, de hardware, de software ou de outros que respeitem a quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.
2. Se o Contraente Público vier a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato ou na posterior utilização dos bens objeto do mesmo, qualquer dos direitos referidos no número anterior, terá direito de regresso contra o Fornecedor por quaisquer quantias pagas, seja a que título for.
3. São da responsabilidade do Fornecedor quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
4. Os encargos e a responsabilidade civil perante terceiros decorrentes dos factos mencionados nos n.ºs 1 e 2 não correm por conta do Fornecedor se este demonstrar que os mesmos são imputáveis ao Contraente Público ou a terceiros que não sejam seus subcontratados.

#### **Cláusula 20.ª**

##### **Comunicações e notificações**

1. Quaisquer comunicações ou notificações entre o Contraente Público e o Fornecedor relativos ao contrato, seguem o regime previsto no artigo 469.º do CCP, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. As comunicações e as notificações dirigidas ao Contraente Público, efetuadas através de qualquer meio admissível, têm de ser efetuadas até às 17h00 do dia a que digam respeito, sob pena de se considerarem efetuadas às 10h00 do dia útil imediatamente seguinte.

#### **Cláusula 21.ª**

##### **Contagem dos prazos na fase de execução do contrato**

À contagem de prazos na fase de execução do contrato, e salvo disposição expressa em contrário, são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- b) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, se no último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês;
- c) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço, perante o qual deva ser praticado o ato, não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

#### **Cláusula 22.ª**

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Cláusula 23.ª**

### Legislação aplicável

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa.
2. Sem prejuízo de outras leis e regulamentos especialmente aplicáveis, a tudo o que não esteja expressamente previsto ou regulado no presente Caderno de Encargos e nas demais regulamentações do procedimento pré-contratual e do contrato aplica-se o regime previsto no CCP, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

## SECÇÃO II – CLÁUSULAS TÉCNICAS E FUNCIONAIS

### Cláusula 24.ª

No âmbito do presente procedimento pretende-se a aquisição de diverso material informático, repartido por quatro lotes, obrigando-se o Fornecedor a entregar ao Contraente Público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nesta secção.

#### LOTE 1 – EQUIPAMENTOS PARA A BIBLIOTECA MUNICIPAL

Este lote destina-se à modernização e operacionalidade dos serviços da Biblioteca Municipal, garantindo a impressão de etiquetas e cartões para gestão documental e identificação. O fornecimento deve incluir:

- 1 unidade de **Impressora de etiquetas Zebra ZT231 ou superior**, transferência térmica, resolução: 8 pontos/mm (203dpi), espessura média (máx): 114 mm, espessura de impressão (máx): 104 mm, diâmetro do rolo (máx.): 203 mm, velocidade (máx.): 152mm/s , USB, host USB, RS232, Bluetooth (BLE), Ethernet;
- 1 unidade de **caixa com 6 unidades de Fitas de Carbono - Fitas de resina Zebra 5095 (60mm x 450m)**, compatíveis com a impressora indicada anteriormente;
- 10.000 unidades de **Etiquetas Zebra Z-Ultimate 3000T White (51mm x 25mm)**, garantindo alta durabilidade e compatibilidade com a impressora anterior;
- 1 unidade de **Software Zebra Designer PRO 3**, para desenho e impressão de etiquetas, ou compatível com a impressora indicada anteriormente;
- 1 unidade de **Impressora de cartões Zebra ZC300 (dual sided) ou superior**, para impressão de cartões de identificação com as seguintes características mínimas, Resolução de impressão de 300 dpi (11,8 pontos/mm), 2 GB de memória flash, Tamanho de imagem: 1006 x 640 pixels, Calibração automática de fita, Conectividade USB 2.0 e Ethernet 10/100 e impressão dupla face.
- 2 unidades de **Ribbon YMCKO**, com capacidade para 300 impressões, compatível com a impressora ZC300 ou a indicada na alínea anterior;
- 1 unidade de **Software CardStudio 2.0 Standard**, para a gestão de impressão de cartões, compatível com a impressora indicada anteriormente;
- 6 unidades de **Tablet Samsung A9+ com 8GB RAM e 128GB de armazenamento ou similar**, acompanhado de capa protetora;
- 4 unidades de **Headphones Bluetooth + Jack de cor preta.**

O fornecedor deve garantir que os equipamentos são novos e originais, assegurando ainda suporte técnico e atualizações de software sempre que aplicável.

## LOTE 2 – EQUIPAMENTO INFORMÁTICO

Este lote visa reforçar a infraestrutura informática de diferentes serviços municipais, garantindo maior desempenho e eficiência no processamento de dados e impressão de etiquetas. O fornecimento deve incluir:

- 1 unidade de **Impressora de etiquetas Zebra ZD230 TT ou gama superior**, adequada para a impressão térmica eficiente com as seguintes características: Transferência Térmica, Resolução Máxima: 203 x 203 DPI, Velocidade de impressão: 152 mm/seg. Tecnologia de conectividade: USB e Ethernet, Largura de impressão- 104 m;
- 1 unidade de Multifunções Brother MFC-L2800DW ou similar com toner inicial mais pacote de dois toners de alta capacidade (TN2510XL BK - 3.000 páginas) compatíveis. As características mínimas da multifunções são velocidade de impressão até 32ppm, Impressão automática em frente e verso, Alimentador automático de documentos (ADF) de 50 folhas (11), Visor LCD de 2 linhas, Rede cablada, WiFi 5GHz, Wi-Fi Direct e conexão móvel.
- 3 unidades de **Computadores Desktop** com os seguintes requisitos mínimos:
  - Processador Intel Core i5 de 13ª geração ou similar;
  - 16GB de RAM;
  - Disco SSD de 256GB;
  - Conexões de saída de vídeo duas, em que pelo menos uma tem de ser HDMI;
  - Sistema Operativo Windows Pro.

## LOTE 3 – CONSUMÍVEIS

Este lote destina-se ao aprovisionamento de consumíveis para os equipamentos existentes na autarquia. O fornecimento deve incluir:

- 10.000 unidades, no mínimo, de **Etiquetas Zebra ZD230 (57mm x 32mm)**: Etiquetas térmicas de alta qualidade para impressão, com dimensões específicas de 57mm x 32mm, garantindo alta aderência e clareza na impressão de códigos de barras e informações;
- 3 unidades de **Monitores 24"**: Monitores com mínimo de uma entrada HDMI com resolução e características adequadas ao uso em ambiente profissional, proporcionando conforto visual e produtividade;
- 3 unidades de **Rato e Teclado com Fios**: Conjunto de periféricos essenciais para o uso diário de computadores, com ligação via cabo para maior fiabilidade e performance;
- 6 unidades de **Toner Reciclado D111S Compatível com Samsung SL-M2070**: Toner reciclado de alta qualidade e compatibilidade com a impressora Samsung SL-M2070, garantindo a mesma qualidade de impressão de toners originais com custo reduzido;



- **Toners Originais HP 728 (300ml cada):**

- 2 unidades de **Toner Preto**;
- 1 unidade de **Toner Magenta**;
- 1 unidade de **Toner Amarelo**;
- 1 unidade de **Toner Ciano**.

Todos os toners originais HP 728 são de alta capacidade (300ml), assegurando impressões duradouras e de alta qualidade, com excelente reprodução de cores e alta eficiência em impressoras compatíveis.

- 1 unidade de **Licença Microsoft 365 Business Standard**: Licença para utilização do pacote Office 365 em ambiente empresarial, com acesso a ferramentas de produtividade como Word, Excel, PowerPoint, Outlook, OneDrive, entre outros;
- 2 unidades de **Disco SSD 250GB**: Disco de estado sólido (SSD) com capacidade de 250GB, garantindo maior velocidade de leitura e escrita em comparação com discos rígidos tradicionais, melhorando a performance dos sistemas;
- 6 unidades de **Telefone Yealink T31G** ou superior: Telefone IP com funcionalidades avançadas para uso em ambientes corporativos, com qualidade HD de som clara e compatibilidade com soluções VoIP para comunicação eficiente, Telefone IP com 2 contas SIP, ecrã gráfico LCD de 2.3", funções programáveis com 6 teclas, duas portas Gigabit Ethernet e alimentação por PoE.

#### **LOTE 4 – CONSUMÍVEIS PARA A ESCOLA**

Este lote destina-se ao aprovisionamento de consumíveis para um equipamento de impressão existente na Escola Pedro da Fonseca. O fornecimento deverá incluir:

- 3 unidades de **Toner Lexmark B232000 Preto (3.000 PAG.)**;
- 2 unidades de **Toner Lexmark B262U00 B2650 Preto (15.000 PAG.)**.

O fornecedor deve garantir prazos de entrega reduzidos e assistência técnica em caso de inconformidade dos produtos.

O Fornecedor deverá ainda assegurar os seguintes requisitos:

- a) Disponibilidade e Suporte Técnico: O Fornecedor deve garantir que o suporte técnico estará disponível durante o horário de expediente.
- b) Garantia de Qualidade: Os produtos fornecidos (equipamentos e consumíveis) devem estar livres de defeitos de fabrico e devem cumprir todas as especificações técnicas descritas nos lotes. Caso sejam identificados problemas de qualidade, o Fornecedor deverá providenciar a

#### **Cláusula 25ª**

#### **Conformidade e operacionalidade dos bens**



1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
2. Os bens objeto do contrato bem como as respetivas peças, componentes ou equipamentos deverão ser novos.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens a entregar.
4. O Fornecedor é responsável perante o Contraente Público por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam quando os bens lhe são entregues.

#### **Cláusula 26.ª**

##### **Entrega dos bens móveis**

1. Os fornecimentos são realizados na sequência de nota(s) de encomenda (requisição externa) remetida(s) pelo Contraente Público, via correio eletrónico.
2. Rececionada a requisição externa (*ou outro documento equivalente*), os bens serão entregues no local indicado no n.º 1 da Clausula 4.ª, nas seguintes condições:
  - a) Em conformidade com as especificações técnicas aplicáveis;
  - b) Com todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização, funcionamento ou consumo daqueles;
  - c) Com toda a documentação legal necessária à sua circulação.
3. A entrega dos bens é sempre acompanhada dos seguintes documentos:
  - a) Guia de remessa da qual deve constar, designadamente:
    - i. A data de entrega;
    - ii. Identificação do Fornecedor;
    - iii. Identificação do Contraente Público;
    - iv. Local de entrega;
    - v. Data do pedido e número da encomenda emitida (*ou outro documento equivalente*);
    - vi. Número do contrato ao abrigo do qual é realizado o fornecimento;
    - vii. Indicação e quantidade dos bens;
    - viii. Número de série de cada bem, se aplicável.
4. A cópia da guia de remessa, assinada pelo Contraente Público, fica na posse do Fornecedor, constituindo prova bastante da entrega dos bens.
5. A assinatura da guia de remessa pelo Contraente Público não implica a aceitação de eventuais discrepâncias dos bens com as características previstas no presente Caderno de Encargos.

6. O risco nas fases de acondicionamento, transporte, embalagem, carga e descarga da entrega, é da exclusiva responsabilidade do Fornecedor.
7. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local da entrega são da responsabilidade do Fornecedor.

#### **Cláusula 27.ª**

##### **Acompanhamento do fabrico**

*(Aplicável no caso de contratos de aquisição de bens a fabricar ou contratos de adaptação ou modificação de bens)*

1. O Contraente Público pode manter nas instalações do fabricante objeto do contrato, missões de acompanhamento, cuja composição, competências e modo de funcionamento devem ser definidos por acordo das partes.
2. No caso de, num prazo razoável, as partes não chegarem a acordo quanto aos aspetos referidos no número anterior, os mesmos são definidos pelo Contraente Público, em obediência a critérios de proporcionalidade e razoabilidade.
3. Em qualquer caso, o acesso dos membros das missões de acompanhamento às instalações do fabricante deve ser feito de forma a evitar qualquer interferência nociva na gestão e operação das instalações e no processo de fabrico dos bens, devendo os referidos membros cumprir as normas de segurança aplicáveis às instalações a que tenham acesso, bem como as instruções para o efeito impostas pelo fabricante.
4. Quando o Fornecedor não seja o fabricante dos bens, aquele tem a obrigação de assegurar o acesso e o desenvolvimento dos trabalhos das missões de acompanhamento nas instalações do fabricante.
5. O desempenho das funções da missão de acompanhamento não exime o Fornecedor de responsabilidade por quaisquer defeitos dos bens objeto do contrato ou não conformidade destes com as características, especificações e requisitos estabelecidos no contrato.
6. O disposto no presente artigo é aplicável, com as necessárias adaptações, aos contratos que tenham por objeto a adaptação ou modificação de bens.

#### **Cláusula 28.ª**

##### **Aceitação dos bens**

1. Após o ato de entrega e/ou instalação dos bens, o Contraente Público dispõe de um prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis para proceder à verificação quantitativa e qualitativa dos bens, efetuando testes e aferindo eventuais irregularidades ou a existência de defeitos de fabrico, transporte ou montagem.
2. O Contraente Público deve transmitir ao Fornecedor todas as irregularidades encontradas, sendo que, findo o prazo mencionado no n.º 1 desta cláusula, sem que tenha sido comunicada a rejeição dos bens, considera-se que há lugar à aceitação definitiva dos mesmos.
3. Caso haja lugar à rejeição dos bens, será da responsabilidade do Fornecedor a retificação das

anomalias detetadas, bem como todos os encargos que advenham dessa situação.

4. Em caso de rejeição dos bens, o Fornecedor dispõe de um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação referida no n.º 3, para proceder à substituição dos bens rejeitados.
5. Quando as deficiências e irregularidades detetadas não impliquem a rejeição dos bens, o Fornecedor dispõe de um prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação referida no n.º 3, para suprir as deficiências e irregularidades detetadas.
6. Todos os encargos com a devolução e a substituição dos bens rejeitados são da exclusiva responsabilidade do Fornecedor.
7. A rejeição dos bens disponibilizados nos termos da presente cláusula não confere ao Fornecedor o direito a qualquer indemnização.
8. A rejeição dos bens por parte do Contraente Público pode conferir-lhe o direito a ser indemnizado, pelos custos incorridos e prejuízos comprovadamente sofridos.

#### **Cláusula 29.ª**

##### **Garantia técnica**

1. Nos termos da presente cláusula e do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro, o qual regula os direitos do consumidor na compra e venda de bens, conteúdos e serviços digitais, transpondo as Diretivas (UE) 2019/771 e (UE) 2019/770, o fornecedor é responsável por qualquer falta de conformidade que se manifeste no prazo de três anos a contar da entrega do bem.
2. O prazo de vigência da garantia conta-se a partir da data de aceitação definitiva dos bens.

Paços do Concelho, um de abril de 2025

O Presidente da Câmara

---

João Manuel Ventura Grilo de Melo Lobo

Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autógrafa.  
Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.